

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO	7
ABREVIATURAS E OUTRAS INDICAÇÕES DE LEITURA	9
I – ENTES LABORAIS COLECTIVOS	17
§ 1º – Aspectos gerais. Sequência	19
§ 2º – Associações sindicais	27
1. Evolução: breve apontamento sobre a história e as perspectivas actuais do sindicalismo	27
1.1. O surgimento dos sindicatos e a sua importância para o desenvolvimento do Direito do Trabalho	27
1.2. A evolução do associativismo sindical: publicização e reprivatização das associações sindicais; internacionalização dos sindicatos e sindicalismo na União Europeia; o sindicalismo na crise do Direito do Trabalho e perspectivas de futuro	33
2. Enquadramento constitucional das associações sindicais no sistema jurídico português: o princípio da liberdade sindical	42
2.1. Aspectos gerais	42
2.2. O princípio constitucional da liberdade sindical: valência colectiva e valência individual	44
2.3. A previsão constitucional do fim e dos direitos das associações sindicais	50
	585

3. Delimitação e tipologia das associações sindicais	52
3.1. Delimitação	52
3.2. Tipologia	60
4. Constituição, organização e funcionamento das associações sindicais	62
4.1. Constituição e aquisição de personalidade jurídica; vicissitudes e extinção	62
4.2. Organização e funcionamento	66
5. Direitos das associações sindicais	68
6. Exercício da actividade sindical na empresa	72
6.1. Acção sindical na empresa	72
6.2. Direitos e deveres especiais dos delegados sindicais e dos membros da direcção de associação sindical na empresa; crédito de horas; protecção legal dos representantes dos trabalhadores	77
7. Relações da associação sindical com os associados	84
7.1. Liberdade sindical individual	84
7.2. Quotização sindical	93
8. Regimes especiais: liberdade e associativismo sindical dos trabalhadores públicos; categorias especiais	94
§ 3º – Comissões de trabalhadores	99
9. Aspectos gerais	99
10. O enquadramento constitucional das comissões de trabalhadores	105
11. Delimitação e tipologia, constituição e organização das comissões de trabalhadores	108
11.1. Delimitação	108
11.2. Tipologia	114
11.3. Constituição, personalidade jurídica, organização e funcionamento	116
12. Direitos das comissões de trabalhadores	124
12.1. Aspectos gerais: a capacidade das comissões de trabalhadores	124
12.2. Alguns direitos em especial	126
13. Actuação da comissão de trabalhadores na empresa	132
13.1. Aspectos gerais	132
13.2. Direitos e deveres especiais dos membros da comissão de trabalhadores na empresa	134
§ 4º – Conselhos de empresa europeus; conselhos de trabalhadores; representantes dos trabalhadores para a saúde e segurança	137
14. Conselhos de empresa europeus	137
14.1. Delimitação geral e enquadramento comunitário	137

14.2. Empresas e grupos de empresas de dimensão comunitária: conceptualização	141
14.3. A representação dos trabalhadores nas empresas e grupos de empresas de dimensão comunitária: mecanismos de representação; âmbito do envolvimento dos trabalhadores	142
14.4. O estatuto dos representantes dos trabalhadores nas empresas e nos grupos de dimensão europeia	145
15. Conselho de trabalhadores em sociedade anónima europeia e em sociedade cooperativa europeia; estruturas de representação dos trabalhadores em sociedade resultante de fusão transfronteiriça	147
15.1. Delimitação geral e enquadramento comunitário	147
15.2. Regime nacional	151
15.2.1. O regime nacional de participação dos trabalhadores na sociedade anónima europeia e na sociedade cooperativa europeia	151
15.2.2. O regime nacional de participação dos trabalhadores na sociedade de responsabilidade limitada resultante de fusão transfronteiriça	154
16. Representantes dos trabalhadores para a segurança e saúde	156
§ 5º – Associações de empregadores	161
17. Aspectos gerais, delimitação, tipologia e características	161
17.1. Aspectos gerais; a «liberdade sindical» dos empregadores	161
17.2. Delimitação, características e tipologia; associações de empregadores e associações empresariais	164
18. Constituição, organização e funcionamento das associações de empregadores	168
18.1. Constituição e aquisição de personalidade jurídica	168
18.2. Organização e funcionamento	170
19. Direitos e deveres	172
§ 6º – Outros grupos laborais	177
20. Os grupos laborais <i>ad hoc</i> de trabalhadores no âmbito da empresa	177
21. As coligações <i>ad hoc</i> de empregadores para efeitos laborais	180
II – INSTRUMENTOS DE REGULAMENTAÇÃO COLECTIVA DO TRABALHO	183
Secção I – Aspectos gerais	185

§ 7º – Delimitação geral e tipologia dos instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho	185
22. Tipologia dos instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho: instrumentos autónomos e heterónomos; instrumentos nacionais e comunitários	185
23. A relação entre instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho: o primado da autonomia colectiva; a relação entre os instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho e os contratos de trabalho (remissão)	191
§ 8º – Evolução histórica e tendências actuais da negociação colectiva	193
24. Evolução histórica da negociação colectiva e dos instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho (breve excurso)	193
24.1. Conspecto geral	193
24.2. Evolução em Portugal	198
25. Tendências actuais da negociação colectiva	212
25.1. Panorama actual da contratação colectiva: a crise da negociação colectiva tradicional; a negociação colectiva como instrumento de flexibilização do Direito do Trabalho	212
25.2. A negociação colectiva atípica	222
Secção II – Instrumentos autónomos de regulamentação colectiva do trabalho	231
§ 9º – Convenção colectiva de trabalho	231
27. Formação da convenção colectiva: a negociação colectiva	234
27.1. Pressupostos da convenção colectiva: em especial, a capacidade e a legitimidade das partes	234
27.2. Processo de formação	241
27.2.1. Aspectos gerais; fases do processo	241
27.2.2. Fase da proposta	243
27.2.3. Fase da resposta	248
27.2.4. Fase da negociação em sentido estrito	251
27.2.5. Fase da celebração	254
27.3. Forma	256
27.4. Depósito, publicação e entrada em vigor	257
27.4.1. Depósito	257
27.4.2. Publicação e entrada em vigor; outras formalidades	260
28. Conteúdo da convenção colectiva de trabalho	261

28.1. Delimitação geral: conteúdo obrigacional e conteúdo normativo; delimitação positiva e negativa do conteúdo	261
28.2. Conteúdo obrigacional	266
28.2.1. Aspectos gerais	266
28.2.2. Cláusula de paz social	267
28.2.3. Cláusula sobre serviços mínimos em caso de greve	272
28.2.4. Cláusulas sobre a resolução de conflitos decorrentes da aplicação ou revisão da convenção	273
28.2.5. Cláusulas de garantia sindical	274
28.3. Conteúdo normativo	275
28.4. Delimitação negativa do conteúdo da convenção colectiva	281
28.4.1. Aspectos gerais e limites negativos	281
28.4.2. Consequências dos vícios de conteúdo	292
28.5. Fixação do conteúdo: interpretação e integração da convenção colectiva; comissões paritárias; a aplicação da convenção no âmbito do contrato de trabalho	294
28.5.1. Interpretação e integração da convenção colectiva	294
28.5.2. Aplicação da convenção colectiva e sua articulação com o contrato de trabalho	298
29. Âmbito pessoal de aplicação da convenção colectiva	300
29.1. O princípio da filiação e as suas extensões	300
29.1.1. Aspectos gerais	300
29.1.2. Aplicação da convenção colectiva a trabalhadores e empregadores não filiados na associação sindical ou patronal outorgante	304
29.1.3. Aplicação da convenção colectiva ao novo empregador em caso de transmissão de empresa ou estabelecimento	306
29.1.4. Aplicação da convenção colectiva a trabalhador não sindicalizado por escolha desse mesmo trabalhador: a adesão individual à convenção colectiva	311
29.2. A concorrência entre convenções colectivas de trabalho: regras gerais e articulação de convenções	319
30. Âmbito temporal e sucessão de convenções colectivas	324
30.1. Âmbito temporal: vigência e sobrevigência da convenção colectiva de trabalho	324
30.1.1. Sequência e evolução geral do problema	324
30.1.2. Início da vigência e possível retroactividade da convenção colectiva	327
30.1.3. Prazos de vigência, denúncia e renovação da convenção colectiva	329

30.1.4. Sobrevigência da convenção colectiva	334
30.2. Cessação e suspensão da vigência da convenção colectiva; sucessão de convenções colectivas e direitos adquiridos	339
30.2.1. Formas de cessação da vigência da convenção colectiva	339
30.2.2. Suspensão da aplicação da convenção colectiva	345
30.2.3. Sucessão de convenções colectivas e direitos adquiridos	349
30.3. Resolução de conflitos na revisão da convenção colectiva (remissão)	353
31. A natureza jurídica das convenções colectivas de trabalho	353
32. Regimes especiais: a contratação colectiva na Administração Pública	367
§ 10º – Outros instrumentos autónomos de regulamentação colectiva do trabalho: acordo de adesão; deliberação de arbitragem voluntária	375
33. Acordo de adesão	375
33.1. Noção e conteúdo	375
33.2. Processo de formação, publicação e entrada em vigor	377
34. Deliberação de arbitragem voluntária	379
34.1. Aspectos gerais sobre a arbitragem laboral	379
34.2. Arbitragem laboral voluntária: admissibilidade e funcionamento	383
Secção III – Instrumentos heterónomos de regulamentação colectiva do trabalho	385
35. Aspectos gerais	385
§ 11º – Portaria de extensão	389
36. Delimitação geral; a portaria de extensão e a autonomia colectiva (apreciação crítica)	389
37. Admissibilidade e conteúdo	394
38. Procedimento de extensão	403
39. Âmbito de aplicação: a aplicação da portaria de extensão a trabalhadores e empregadores filiados noutras associações sindicais e patronais; a conjugação da portaria de extensão com o direito de escolha da convenção pelo trabalhador não sindicalizado	408
40. Natureza jurídica; a singularidade da portaria de extensão	410
§ 12º – Portaria de condições de trabalho	413
41. Delimitação, condições de admissibilidade, conteúdo e natureza	413
42. Procedimento	416

§ 13º – Deliberação de arbitragem obrigatória e necessária	419
43. Aspectos gerais e modalidades de arbitragem não voluntária	419
43.1. Aspectos gerais	419
43.2. Arbitragem obrigatória	421
43.3. Arbitragem necessária	423
43.4. Arbitragem para suspensão do período de sobrevivência da convenção colectiva e mediação	425
44. Processo arbitral e deliberação arbitral	429
III – CONFLITOS COLECTIVOS DE TRABALHO	433
45. Aspectos gerais. Sequência	435
Secção I – A composição dos conflitos colectivos de trabalho	439
46. Princípios gerais	439
47. Formas de composição pacífica dos conflitos colectivos	442
47.1. Conciliação	442
47.2. Mediação	444
Secção II – Greve	449
§ 14º – Delimitação	449
48. Enquadramento jurídico da greve: aspectos gerais	449
48.1. Surgimento da greve e fases de desenvolvimento: apreciação geral e comparada	449
48.2. Enquadramento da greve no sistema jurídico nacional	457
48.3. Em especial, o referente constitucional do direito à greve no sistema português	461
49. Conceito de greve e tipologia dos comportamentos grevistas	465
49.1. Delimitação da greve: aspectos gerais	465
49.2. A delimitação da greve pelo critério dos sujeitos: a greve como um direito dos trabalhadores subordinados; «greves» de não trabalhadores e de trabalhadores autónomos	466
49.3. A delimitação da greve pelo carácter colectivo: a greve como um direito colectivo; greves sindicais e greves não sindicais	469
49.4. A delimitação da greve pelo critério dos meios: a greve como abstenção da actividade laboral; greves próprias e impróprias; greves típicas e atípicas; greves de maior prejuízo	470

49.4.1. Comportamentos grevistas sem abstenção do trabalho: as greves impróprias	471
49.4.2. Comportamentos grevistas abstensivos atípicos: as greves atípicas e as greves de maior prejuízo	474
49.5. A delimitação da greve pelo critério dos fins: as greves profissionais e as greves não profissionais; as greves de solidariedade e as greves políticas	481
§ 15º – Regime jurídico	487
50. Processamento da greve	487
50.1. Sequência	487
50.2. Decisão, declaração e aviso prévio de greve	488
50.2.1. Decisão e declaração de greve: greves sindicais e greves não sindicais	488
50.2.2. Aviso prévio de greve; greves selvagens	490
50.3. Gestão da greve e representação dos trabalhadores durante a greve	497
50.4. Início, duração, termo e prorrogação da greve	499
50.5. Piquetes de greve	501
50.6. Princípio da não substituição dos grevistas	505
51. Adesão à greve e efeitos no contrato de trabalho	509
51.1. Aspectos gerais e razão de ordem	509
51.2. Adesão do trabalhador à greve	510
51.3. Efeitos da greve na situação juslaboral do trabalhador aderente: a suspensão do contrato de trabalho	514
51.4. Reflexos da greve na situação jurídica de terceiros	521
52. Serviços mínimos	522
52.1. Aspectos gerais	522
52.2. Tipologia e medida dos serviços mínimos	524
52.3. Determinação dos serviços mínimos	529
52.4. Regime de prestação dos serviços mínimos	534
52.5. Incumprimento dos serviços mínimos e requisição civil	536
53. Limites convencionais do direito de greve	539
54. Ilícitude da greve	541
55. Natureza jurídica do direito de greve	544
56. Situações especiais: a greve dos trabalhadores públicos em geral e em certas categorias especiais	547

Secção III – Lock-out	553
57. Conceito, modalidades e figuras afins	553
58. Regime jurídico	555
ÍNDICE IDEOGRÁFICO	557
ÍNDICE BIBLIOGRÁFICO	567
ÍNDICE GERAL	585

